

Macroeconomia da cordialidade

MARCELO DE PAIVA ABREU

Ultimamente têm sido recorrentes na imprensa as referências ao paradigma do “homem cordial” como fator explicativo das mazelas nacionais. Sérgio Buarque de Holanda, o grande divulgador da potente expressão de Ribeiro Couto, imortalizada como “contribuição brasileira à civilização”, insistiu que a cordialidade não se limita a sentimentos positivos e de concórdia, o importante é que vem do coração, procede “do familiar, do privado”, em contraposição ao público e republicano. O terreno das finanças públicas é fértil de exemplos em que o interesse público é completamente ofuscado por esta postura que vem do coração.

Na história econômica do período posterior à 2ª Guerra Mundial, o País enfrentou duas crises decorrentes do efeito cumulativo da macroeconomia do homem cordial. A primeira foi na vigência da Constituição de 1946, quando a incontínência fiscal de JK acabou por agravar os graves desequilíbrios herdados em 1956. Essa cordialidade, somada ao crescimento econômico acelerado e à feliz conjugação de eventos auspiciosos no terreno cultural e esportivo, explica a popularidade do ex-presidente e sua posição como ícone incontestado do desenvolvimentismo. A crise econômica, aprofundada pelos desatinos de Jânio Quadros e João Goulart, desaguou na aceleração da inflação, na estagnação da economia - depois de 20 anos de crescimento significativo e sustentado - e na crise política.

A política econômica do regime militar, ao instituir a correção monetária - então considerada panacéia infalível para dar conta dos efeitos maléficos da inflação -, viabilizou a volta do governo aos mercados financeiros no Brasil e no exterior. Mas a universalização da indexação, a sucessão de choques externos e a crescente incompetência na condução de políticas públicas levaram à crise política do regime. Em seu último mandato puro-sangue, o regime militar entronizou no País a convivência inédita de estagnação econômica com inflação anual acima dos 200%. Além disso, a interferência do regime nas decisões judiciais contribuiu para formar longa lista de passivos que viriam bater à porta do governo após a redemocratização. Nos dez anos seguintes, no período de restabelecimento da democracia, em meio a muita cordialidade macroeconômica, o País avançou aos trancos e barrancos, diante de recorrentes vórtices inflacionários e persistente desequilíbrio fiscal, na busca de remédios para se livrar da inflação crônica. A combinação de desindexação com a eficaz solução do problema da transição entre moeda velha e moeda nova garantiu o sucesso do Plano Real.

O País parecia ter, afinal, tomado consciência de que a macroeconomia do homem cordial tinha o defeito crucial de não ser sustentável em prazo mais longo. Ledo engano. Desde o período imediatamente anterior ao Plano Real até hoje, os gastos primários dos

três níveis de governo aumentaram 0,7% do produto interno bruto (PIB) ao ano para alcançar 33% em 2005, em contraste com 23,9% em 1991-1993. É difícil acreditar na continuidade da acomodação deste crescimento grotesco via aumento da carga tributária, já beirando os 37% em 2005. E, do lado dos gastos, o que se vê, em meio à campanha eleitoral, que só agora ganha força, é o uso generalizado de aumentos de gastos correntes direcionados à cooptação de segmentos específicos do eleitorado.

Não há como negar que o País está diante de outra encruzilhada decisiva. A prevalecer a inércia, de novo o efeito cumulativo da macroeconomia do homem (ou da mulher) cordial levará à inviabilização de políticas responsáveis no terreno fiscal. No pior cenário, o País será devorado pela expansão extremamente rápida dos gastos públicos, especialmente os relacionados à Previdência Social e às políticas ditas sociais. No limite, seria impossível continuar aumentando a carga fiscal para financiar os explosivos gastos públicos correntes. A incontidência fiscal acabaria por afetar de forma decisiva as conquistas da estabilização, levando à ruína os esforços para controlar a inflação alta. A economia brasileira estaria de volta à situação pré-Plano Real, com desequilíbrio fiscal e inflação alta, provavelmente acompanhada de estagnação.

A única alternativa a este quadro de volta aos piores períodos do passado é um programa de redução dos gastos correntes do governo que possa romper o círculo vicioso que tem forçado o crescimento descontrolado dos gastos públicos e da carga tributária. Tal alternativa exigiria coragem política, pois certamente teria implicações importantes sobre questões de grande sensibilidade, tais como direitos adquiridos e isonomia entre diferentes grupos da sociedade. Por exemplo, em que medida é aceitável o persistente tratamento privilegiado dos brasileiros mais idosos em detrimento das crianças e dos jovens? Seria mais do que desejável uma reformulação radical de tal ênfase, pois são exatamente os jovens que poderiam ser os agentes mais eficazes de mudanças que poderiam resultar em estímulo ao crescimento.

Mas não se vêem nas incipientes campanhas presidenciais do cordial Lula e de Geraldo Alckmin referências mais específicas ao problema. Do lado do governo, o que se vê é ou a completa omissão com relação ao assunto ou, no pior dos casos, o fortalecimento dos grupos que apóiam o abandono de posição relativamente mais recatada quanto às contas públicas. Do lado da oposição, Geraldo Alckmin tem mencionado que a contenção de gastos públicos seria objetivo prioritário de seu governo, mas tem evitado referências mais precisas a reformas e cortes específicos. Ironicamente, a campanha presidencial provavelmente não incluirá debate sério sobre como conter a nova onda de cordialidade que poderá conduzir o País à ruína.

*Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio